



Zero Hora, 22 de Outubro de 2015

## EM DIA

### QUEM SAI? QUEM FICA?



**PEDRO DUTRA FONSECA**  
Professor Titular do Departamento de Economia e  
Relações Internacionais da UFRGS  
pedro.fonseca@ufrgs.br

**A**polarização política do país, com Executivo de um lado e Congresso de outro, associada à crise econômica e à possibilidade de impeachment, faz muitos indagarem se não se lembram dos últimos meses do governo João Goulart. Claro que há semelhanças, mas as diferenças são grandes. Vou me deter na economia, embora na política também sejam significativas. Estava-se na Guerra Fria, o espectro de Cuba era ameaça à América Latina e, ao contrário de hoje, o presidente se respaldava em apoio popular crescente. Goulart apresentava um plano de reformas de base com coloração esquerdista: reforma agrária, encampação das refinarias privadas, impostos progressivos sobre propriedade, alfabetização em massa pelo método Paulo Freire para superar a barreira impeditiva do voto aos analfabetos, limitação da remessa de lucros das multinacionais a suas matrizes.

A divisão da sociedade se movia por uma clivagem ideológica nítida e a oposição tinha projeto alternativo: ao assumir, Castelo Branco, o professor Octávio Bulhões e Roberto Campos, na área econômica, apresentaram o

Plano de Ação Estratégica, um conjunto de medidas modernizadoras, embora sem o viés distributivista de Goulart.

Ocorre que hoje o contexto é muito diferente. Ao indicar Joaquim Levy para a Fazenda, Dilma atrapalhou os cálculos da oposição que queria se legitimar exigindo a troca da política econômica de seu primeiro mandato. Apropriada sua bandeira econômica, restou acusá-la de “estelionato eleitoral”, ou seja, de fazer exatamente o que seus opositores fariam se ganhassem, e provavelmente de forma mais radical. Mas como explicar a crítica a alguém que faz o que se é a favor? Os “pesos pesados” da economia, como o grande capital financeiro, são menos emotivos do que a classe média radicalizada e o baixo clero do Congresso: olham as incertezas do cenário posterior a um impeachment mal contado e que busca respaldo em vetos a leis que aumentam despesas, com a promessa implícita de reversão do ajuste ortodoxo. Um novo governo teria de aprofundar a recessão, em poucos meses se desgastaria, com os movimentos sociais e sindicais na oposição. Como não dá para criar o slogan “sai Dilma, mas Levy fica”, o contexto torna-se bem diferente do de 1964.